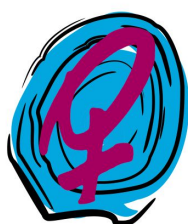


GAEA - Relato do cursista

FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES PARA A INCORPORAÇÃO DE GÊNERO NO GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

*Por Cristiane Aparecida Borges dos Santos
Rosemeire dos Santos Araújo da Cunha*



GAEA - GÊNERO, ÁGUA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Realização



Parceria



Apoio



Este relato de experiência refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso da Formação em Gênero Água e Educação Ambiental (GAEA) para formação de multiplicadores para incorporação de gênero no gerenciamento de recursos hídricos e educação ambiental.

Há uma grande discussão na atualidade sobre as necessidades de mudanças em relação à degradação do ambiente natural e social. A água, inclusa nestes dois ambientes passa por diversas problemáticas que foram estudadas no decorrer do curso.

Tivemos oportunidade de abordar a inclusão do Gênero nas políticas públicas referentes à questão da água como temática global a ser discutida de forma participativa e eficiente nos diversos níveis da sociedade. A figura feminina vem ganhando espaço de participação nestas políticas, mas ainda o que se vê é uma pequena parcela de mulheres em locais de decisão como diretorias e similares por exemplo.

No Brasil, apenas onze famílias controlam a maior parte de informação que circulam no país, as quais, não representam todas as comunidades existentes e decidem que tipo de informação os brasileiros devem receber e quais não devem. Sendo assim é muito importante que a população busque meios de se expressar e fazer valer seus direitos. Podemos destacar a Educomunicação como uma ferramenta poderosa, e que aliada à participação popular pode-se obter excelentes resultados.

Estamos numa época em que a informação assume um papel cada vez mais importante no mundo: multimídia e internet, a educação para a cidadania passa a ter uma possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida. Nesse sentido, cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função crítica e transformadora, na qual a sensibilização da sociedade torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável.

Entende-se, portanto, que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, mas ela ainda não é suficiente, o que, no dizer de Tamaio, se converte em “mais uma

ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas” (TAMAIIO, 2000, p. 38)

Para que isso ocorra é preciso que se invista em Educação Ambiental de forma mais abrangente e funcional, para que todos os segmentos da sociedade se envolvam e participem de forma igualitária e buscando alcançar objetivos em comum.

Refletindo mais sobre comunicação, mídia e o avanço tecnológico, podemos perceber que a cada dia os aparelhos eletrônicos tornam-se mais obsoletos e a consequência disso é uma quantidade de resíduos sólidos maior no planeta. Tvs de LED, tablets, notebooks, netbooks, computadores, celulares, Dvds e Laptops se tornam defasados rapidamente e acabam sendo trocados no mercado consumista. O que era “lançamento” de ontem, hoje faz parte daquilo que se pode descartar.

Além do problema da quantidade maior de lixo no planeta ainda há que se preocupar das grandes fontes poluidoras, que são as substâncias advindas desse “lixo” tecnológico. Podemos citar, por exemplo, algumas delas: Arsênico, Bário, Berílio, retardantes de chamas bromados (BFR), Cádmiio, CFCs clorofluorcarbonos, Cromo, Dioxinas, Chumbo, Mercúrio, Cloreto de Polivinila(PVC) e Selênio. Essas substâncias, presentes neste tipo de lixo, quando não descartada de forma correta, podem gerar contaminações no solo podendo a chegar no lençol freático.

Partindo dessa reflexão, passamos a nos perguntar sobre o arcabouço jurídico para a proteção dos nossos Recursos Hídricos. Muitas Leis brasileiras tratam sobre recursos hídricos, não é, portanto, falta de leis, mais sim pela falta de mecanismos de fiscalização e controle, pela falta de conhecimento da sociedade sobre a importância de sua proteção e dos problemas que seu mau uso poderá gerar para as futuras gerações.

Ainda falando-se em recursos hídricos, no âmbito do sistema nacional de gerenciamento e do sistema estadual, podemos dizer que é um grande exemplo de gestão participativa da água, pois integra representantes do poder público, sociedade civil e usuário da água. Dentre suas atribuições estão:

promover debates das questões relacionadas aos recursos hídricos da bacia, articular a atuação das entidades em que trabalha com este tema, arbitrar, em primeira instância os conflitos relacionados a recursos hídricos, aprovar e acompanhar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, estabelecer mecanismos de cobrança pelo uso consultivo de recursos hídricos, bem como critérios e o rateio de custos das obras de uso múltiplos de interesse comum e coletivo.

Uma solução para as problemáticas de “Gênero e Água” seria a participação intensiva dos cidadãos na defesa da preservação ambiental e para a equidade de gênero, inclusive na mudança de estilo de consumo, demonstrando que a utilização de práticas de conservação do meio ambiente, resulta em proveito próprio e coletivo. Mas isso depende de um processo de educação ambiental das atuais e futuras gerações.

Chegamos a conclusão de que ainda há muito o que se fazer, mais os primeiros passos já foram dados!

Referências

TAMAIIO, Irineu. **A mediação do professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de Ambiental na Serra da Cantareira e favela do Flamengo** - São Paulo/SP. Dissertação (Geociências) - Universidade Estadual de Campinas – Brasil, 2000.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Caderno de Pesquisa, n.118, p. 189-205, mar. 2003.

JACOBI, Pedro. **A gestão participativa de bacias hidrográficas no Brasil e os desafios do fortalecimento de espaços colegiados**. In: Nobre, M. Schattan, V. (orgs.) Participação e Deliberação - Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo. Editora 34, São Paulo, 2004.

Cartilha “**Coletivos Educadores Para Territórios Sustentáveis**”. Blumenau: Fundação Agência de Água, 2006.

ECOLETAS AMBIENTAL

<http://ecoletas.blogspot.com.br/2010/08/classificacao-dos-residuos.html>

WIKIPEDIA.ORG

http://pt.wikipedia.org/wiki/Res%C3%ADduo_eletr%C3%B4nico

IMASUL <http://www.imasul.ms.gov.br/>